DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DOS PROCESSOS DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM DO ENSINO FUNDAMENTAL

Mônica Piccione Gomes Rios
Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC
monica.rios@unoesc.edu.br

Resumo

O presente trabalho articula-se a uma pesquisa com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Nesse recorte, buscou-se investigar as ações, em prol da melhoria dos processos do ensino e da aprendizagem, relacionadas a três, dos dezoito municípios pesquisados da mesorregião oeste de Santa Catarina. Com base na abordagem qualitativa, foram analisadas as respostas dos questionários que tiveram como sujeitos os gestores escolares e os secretários municipais de educação. De uma forma geral, contatou-se que, salvaguardando as especificidades de cada município, o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) gera ações na direção da melhoria da qualidade educativa.
Palavras-Chave: Gestão Escolar. Processos do Ensino e da Aprendizagem. IDEB

Introdução

A pesquisa vinculada ao Programa Observatório da Educação – (Obeduc) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unoesc (PPGE/Unoesc)[1], com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes),

[1] A pesquisa propõe captar a diversidade e a natureza das estratégias e ações dos municípios e escolas no tocante à oferta de uma educação de qualidade no ensino fundamental, bem como identificar as potencialidades das medidas adotadas na melhoria efetiva da qualidade educacional dos municípios e escolas da mesorregião. As atividades desenvolvidas compreendem: o monitoramento dos resultados dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica(IDEB) dos anos iniciais e finais do ensino fundamental das redes e escolas públicas municipais da representação, referentes aos biênios 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013, bem como de seus indicadores constituintes; a recolha de dados e informações, junto a fontes dos governos da rede municipal e suas escolas, relativos a estratégias e ações relacionadas à infraestrutura, recursos pedagógicos, gestão educacional, formação dos profissionais do magistério da educação básica e práticas pedagógicas para o ensino aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática; e o levantamento de posicionamento de docentes e gestores acerca da repercussão destas ações e estratégias na melhoria do processo educativo.

intitula-se “Indicadores de qualidade do ensino fundamental na mesorregião oeste de Santa Catarina: estratégias e ações na rede pública municipal de ensino (2010-2014)” tem como objetivo geral avaliar a potencialidade e o alcance das estratégias e ações deflagradas pelas redes e escolas públicas municipais de Ensino Fundamental da mesorregião oeste catarinense, no período de 2010 a 2014, visando à melhoria da qualidade educacional apontada nos indicadores de desenvolvimento da Educação Básica. Em face do objetivo e da metodologia adotada definiu-se um conjunto de procedimentos para a coleta dos dados e entre eles situa-se a recolha de dados, por meio de questionário, tendo como sujeitos os gestores escolares e os secretários municipais de educação, com vistas à identificação das estratégias e ações propostas e implementadas nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, considerando a articulação entre três dimensões, a saber: dimensão I - infraestrutura física, recursos pedagógicos e gestão educacional; dimensão II - formação dos profissionais do magistério da educação básica; dimensão III - práticas pedagógicas para o ensino e aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática.

Dessa forma, concernente à pesquisa em desenvolvimento, entre os anos de 2010 e 2011 aplicou-se o primeiro questionário aos dirigentes da rede municipal de educação e das unidades escolares, em um total de dezoito municípios que integram a pesquisa, cujo critério de definição deu-se em função do município e da escola. Ao que se refere ao município considerou-se o corte populacional, a localização na mesorregião e ao menos 50% de municípios considerados prioritários para receberem auxílio técnico e/ou financeiro do MEC. Em relação à escola considerou-se o menor IDEB registrado no ano de 2007 e que, preferencialmente, tivesse Ensino Fundamental completo, ainda que esse último critério não tenha tido caráter excludente.

O questionário contendo questões distribuídas nas dimensões algures citadas foi disponibilizado on-line em um site específico da referida pesquisa vinculada ao Obeduc, de modo que os participantes pudessem responder e, em seguida, enviar. Em função de eventuais dificuldades com o sistema, houve municípios em que os questionários respondidos necessitaram serem impressos.

Os dados coletados, por meio do questionário, foram organizados em um quadro contendo as categorias previamente definidas, a saber: categoria I – desafios motivadores das ações e o nível de implementação das mesmas; categoria II - estrutura e

estratégias das ações; categoria III - limites e possibilidades das ações nas unidades escolares e secretarias e categoria IV - impactos do IDEB na geração de ações para efetivar melhorias da qualidade educativa. A análise prosseguiu, a partir da organização dos dados no quadro e na tabela, em acordo com as dimensões elencadas. Inicialmente foi feita a análise por município/escola e, posteriormente, realizou-se a análise geral, incluindo os dados dos 18 municípios/escolas pesquisados.

Para efeito desse artigo, optou-se por um recorte de três municípios da mesorregião do oeste de Santa Catarina integrantes da pesquisa, a saber: Concórdia, Entre Rios e Lindóia do Sul, tendo em vista as convergências de ações desencadeadas, em prol da melhoria dos processos do ensino e da aprendizagem, com destaque às ações relacionadas à gestão educacional. O objetivo do estudo desse recorte da pesquisa foi investigar as ações dos gestores escolares e secretários da educação, em prol da melhoria dos processos do ensino e da aprendizagem e se o IDEB influencia na geração de ações nessa direção.

Na década atual, a região organiza-se por meio da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável, que implica uma tendência mundial, em virtude da sustentabilidade. Dessa forma, por meio de sindicatos, movimentos sociais e organizações não-governamentais, os agricultores têm buscado especialização e conhecimento específico sobre este novo ramo. De acordo com as informações do Censo 2010, disponibilizadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de habitantes nos municípios de Concórdia, Entre Rios e Lindóia do Sul são 68.627; 3.018; 4.642, respectivamente. Segundo os dados disponibilizados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Inep), o número correspondente de professores e alunos matriculados no ensino fundamental em 2009, em cada um dos municípios, equivale a 540 e 8.793; 45 e 714; 43 e 582, respectivamente.

Para efeito desse artigo, tendo em vista o recorte da pesquisa, a opção metodológica fora a abordagem qualitativa, sem desprezar os dados quantificáveis, na direção de favorecer a compreensão particular daquilo que se estuda, buscando o significado das ações, das situações, das representações dos indivíduos, enfim daquilo que pode ser manifestado, consoante com que afirma Chizzotti (2006, p. 53),

> os pesquisadores qualitativos contestam a neutralidade científica do discurso positivista e afirmam a vinculação da investigação com os problemas ético-

> políticos e sociais, declaram-se comprometidos com a prática, com a emancipação humana e a transformação social.

No processo de análise das respostas dadas aos questionários, tendo em vista a apresentação das falas dos respondentes, adotou-se as letras S e G acompanhadas da letra inicial do nome de cada município, para representar o(a) Secretário(a) Municipal e o(a) Gestor(a) Escolar, respectivamente, sendo C (Concórdia), ER (Entre Rios) e LS (Lindóia do Sul).

A construção da qualidade da educação: desafios e possibilidades da gestão escolar

A construção da qualidade da educação e qualidade de ensino da escola pública no Brasil, entre outros aspectos, relaciona-se à construção de uma gestão democrática, tendo em vista que a escola é local de formação de cidadão e construção da cidadania. Mas, de que qualidade se está a falar? Formação de qual cidadão? Construção de que cidadania? Problematizar, a partir dessas questões parece ser um caminho importante a ser trilhado na construção da qualidade da educação, tão propalada nessa nova década.

Os indicadores de qualidade da educação no Brasil, advindos das atuais políticas públicas de avaliação, têm se centrado nos resultados dos exames nacionais. No que tange à educação básica, o indicador de maior visibilidade é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB é constituído pelo resultado da Prova Brasil e pelo índice de aprovação dos alunos. A Prova Brasil é aplicada a cada dois anos aos estudantes do 5º e do 9º ano do Ensino Fundamental de escolas da rede pública e testa o conhecimento dos alunos em língua portuguesa e matemática, com foco na leitura e solução de problemas, respectivamente. Para Bondioli (2004, p. 18-19),

> Os indicadores não são, portanto, padrões, isto é, normas impostas do alto, às quais devemos nos adequar. Não representam, nem mesmo, um "valor médio" de exequibilidade de aspectos da qualidade. São, ao contrário, significados compartilhados (...). São, portanto, como indica o próprio termo, sinalizações, linhas que indicam um percurso possível de realização de objetivos compartilhados. (...) aquilo que os diferentes atores sociais (...) se empenham em buscar, contribuindo, para isso, cada um de acordo com o próprio nível de responsabilidade.

É fato que, a título de definição e redefinição de políticas públicas, o IDEB possibilita acompanhar a evolução dos desempenhos das unidades escolares e redes de ensino. O resultado da Prova Brasil, por sua vez, que implica o IDEB, tem potencial para contribuir com os gestores escolares sobre a realidade de cada escola e, consequentemente, otimizar a aplicação de recursos nas áreas prioritárias. De todo modo, salienta-se um risco que decorre atenção para não se restringir ações em prol da melhoria dos processos do ensino e da aprendizagem, tendo em vista que a Prova Brasil constitui um exame nacional que não considera as peculiaridades locais. Ademais, entende-se que o cotidiano escolar não possa ser ignorado e necessita ser acompanhado e avaliado na perspectiva de se estabelecer mudanças que impliquem melhorias. Assim, a articulação de avaliações internas com os resultados das avaliações externas, no caso em questão a Prova Brasil, pode vir a constituir um elemento indispensável para a gestão escolar, tendo como horizonte a construção da qualidade da educação. Bondioli (2004, p. 14)) traz um conceito de qualidade que acentua a necessidade de diálogo e de ampliação dos espaços de participação que se refere à qualidade negociada.

> A qualidade não é um dado de fato, não é um valor absoluto, não é adequação a um padrão ou a normas estabelecidas a priori e do alto. Qualidade é transação, isto é, debate entre indivíduos e grupos que têm um interesse em relação à rede educativa, que têm responsabilidade para com ela, com a qual estão envolvidos de algum modo e que trabalham para explicitar e definir, de modo consensual, valores, objetivos, prioridades, ideias sobre como é a rede (...) e sobre como deveria ou poderia ser.

A perspectiva da qualidade negociada coaduna com uma gestão democrática que implica uma escola cidadã, à medida que os espaços de participação e construção coletiva são assegurados, de modo que a articulação escola/família/comunidade seja efetivada no cotidiano do desenvolvimento de ações pedagógicas e administrativas. Abordar, pois a gestão democrática é abordar a escola cidadã que contribui para a formação do cidadão participativo e, consequentemente, para o exercício da cidadania emancipatória.

> A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que,

> brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia (FREIRE, apud GADOTTI, 2002, p. 11-12).

Nessa direção, o papel do gestor escolar é imprescindível para estabelecer um clima participativo que seja convidativo e motivador do diálogo e da realização do trabalho coletivo, em que a cooperação e a colaboração sejam as marcas das ações e processos de tomada de decisão em que os pares conjuguem na primeira pessoa do plural. Mas, o que implica participação e como se expressa no cotidiano escolar?

> (...) insistimos no fato de que, nesta nova abordagem, o conceito mais importante, o elemento-chave, é o da participação. Participação na criação do conhecimento, de um novo conhecimento, participação na determinação das necessidades essenciais da comunidade, participação na busca de soluções e, sobretudo, na transformação da realidade (Faundez, 1993, p.32).

Sendo o horizonte da participação a transformação da realidade, cabe ao gestor escolar, em face da autonomia concedida às escolas, propiciar a construção do projeto político pedagógico, no coletivo, com representantes de todos os segmentos da comunidade escolar. "A expressão 'construção' pressupõe edificação, estruturação, transformação. Busca alcançar patamares mais elevados e distintos na forma de conceber o processo educativo na escola" (Schneider 2001, p. 50). O projeto político pedagógico constitui um instrumento que viabiliza a participação de todos os envolvidos no processo educativo e propicia o estabelecimento de relações democráticas no âmbito escolar.

> O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar articulado ao compromisso sociopolítico com interesses reais e coletivos da população majoritária (VEIGA, 1995, p. 13).

A legitimidade conferida ao projeto político pedagógico como instrumento que institui a participação da comunidade escolar pressupõe o desenvolvimento de uma cultura de construção coletiva em que todos são partícipes do processo educativo e atuam como protagonistas nos processos de tomada de decisão, em prol da melhoria do ensino e das aprendizagens dos alunos. Torna-se assim um espaço de aprendizado dos princípios democráticos em que não há sobrepujança de uns sobre os outros, ainda que

as responsabilidades assumidas, em prol de uma educação de qualidade sociocultural, sejam distintas.

É sob essa égide, que a concessão de voz aos gestores escolares e secretários municipais da educação dos municípios supracitados tem potencial para repercutir em ações desenvolvidas pelas escolas na direção da construção de uma educação de qualidade, para além de indicadores, mas que, efetivamente se reflita na sociedade em transformação.

A voz dos gestores escolares e dos secretários municipais de educação

Conceder voz aos gestores escolares e secretários da educação teve importância singular para a compreensão de como se articulam as ações da unidade escolar com as ações advindas da rede, ao que se refere o compromisso com a construção de uma educação de qualidade. Nessa perspectiva, buscou-se analisar os desafios motivadores e as ações por estes desencadeadas nas escolas pesquisadas dos três municípios apontados.

No que tange aos desafios motivadores das ações, em prol da melhoria dos processos do e da aprendizagem, ao que se refere à gestão educacional, os gestores escolares dos municípios, alvo desse estudo, enfatizaram como desafios a melhora do IDEB; a necessidade de aproximar escola e família; a valorização dos profissionais para que desta forma desempenhem melhor as suas funções e realizem um trabalho de qualidade; o atendimento aos alunos com dificuldades; a conscientização dos professores para o trabalho coletivo.

Os gestores escolares apontaram ainda desafios atinentes à formação inicial e continuada dos professores ao destacarem a falta de conhecimento dos professores para trabalharem com as dificuldades de aprendizagem dos alunos e, por conseguinte, a necessidade de ampliação de especialistas na escola. Sinalizaram, ainda, como desafio, manter o grupo de educadores atualizados diante da evolução na área da educação e realizar reuniões de planejamento, avaliação das ações e levantamento de ideias para a melhoria das aprendizagens, a partir da discussão no grupo de educadores sobre os problemas enfrentados pela escola, de modo a levantar soluções dentro do próprio grupo, na perspectiva de superar a realização de trabalhos individualizados.

Nessa perspectiva, enfocaram a necessidade de subsidiar os professores para trabalharem as dificuldades de aprendizagem, a importância de qualificar os professores por meio de formação que contribua para a atualização e aperfeiçoamento e a necessidade de sensibilização dos pais para o acompanhamento da aprendizagem dos filhos.

As falas dos gestores escolares demonstram sensibilidade para a importância do trabalho coletivo e dos processos formativos, além da valorização dos professores que não se dá isenta de políticas públicas. Encontros coletivos que propiciam o diálogo constituem-se espaços de formação singulares, pois favorecem o desenvolvimento pessoal/profissional dos professores o que incide nos processos do ensino e da aprendizagem. Tais espaços permeados pelas trocas de experiências contribuem para o exercício da práxis pedagógica, com potencial para a efetivação de mudanças qualitativas, em nível individual e coletivo, que implicam o ato pedagógico, conforme destaca Souza (2003, p. 441),

> É importante entender, o que já é consenso, que o magistério e a profissão de professor caracterizam-se como uma profissão com níveis de complexidade, exigindo revisão e construção constante de saberes, centrando seu saber ser e fazer numa prática reflexiva e investigativa do trabalho educativo e escolar, no cotidiano pessoal e profissional. Desta forma, compreendo que o desenvolvimento profissional entrecruza-se com a dimensão pessoal e político-social do professor, enquanto profissional numa realidade contextualizada.

Em relação aos desafios, os secretários de educação dos municípios de Concórida e Lindóia do Sul apresentaram aspectos comuns aos gestores escolares, entre outros enfatizados. No município de Entre Rios, as referências feitas limitaram-se à infraestrutura física, no que tange à ampliação do espaço físico. Entre os desafios mencionados, os secretários destacaram a falta de planejamento coletivo e dias de estudo, com vistas à busca de soluções no coletivo; a organização da educação a nível municipal/rede e a busca da excelência do trabalho do professor, conforme ilustram as falas que seguem. "A falta de tempo para planejar. Hoje o professor possui 33% de sua carga horária para planejamento e formação" (SC). "Nortear as ações curriculares da escola, a partir do diagnóstico que garante o plano de ações" (SC). "A falta de tempo para desenvolver dias de estudo e planejamento com todos os professores e gestores" (SLS). "Analisar, refletir e principalmente por em prática o que diz o Projeto Político

Pedagógico. Execução dos projetos previstos no PPP" (SLS) e "A falta de diálogo entre gestores e professores em relação aos avanços e dificuldades dos alunos. A busca de soluções no coletivo" (SLS).

Salienta-se da fala dos secretários da educação, para além da ênfase dada no trabalho coletivo, a menção ao projeto político pedagógico que segundo Gadotti (1996, p. 2)

> Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

Em relação às estratégias das ações, tendo em vista os desafios elencados acima, os participantes da pesquisa fizeram referência aos processos de avaliação da aprendizagem "reclassificação dos alunos com amparo na LDB e nosso PPP da escola, após reunião com pais, alunos e conselho deliberativo" (GC); definição de critérios de avaliação transparentes para os pais e alunos e nova estratégia na recuperação paralela. "Após média dos quatro critérios, aos alunos que não atingiram, será oferecida nova oportunidade de estudo e realização de prova" (GC) e atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem no contra-turno.

Observa-se nas ações desencadeadas que a avaliação da aprendizagem fora foco em um esforço de mobilização frente às dificuldades dos alunos, com definição de critérios transparentes para pais e alunos. No entanto, conforme falas do gestor da escola do município de Concórdia não fica evidenciada com clareza a concepção de uma avaliação a serviço das aprendizagens, à medida que o atendimento aos alunos com dificuldade se dará em caso de não atingirem a média.

Houve, ainda, ações voltadas para a formação e valorização dos professores que se traduziram por realização de concurso público e revisão de lei do plano de carreira cargos e salários, com vistas ao melhor desempenho das suas funções, além da contratação de especialistas como fonoaudióloga, nutricionista, psicóloga e assistente social para atender às necessidades detectadas na escola.

Essas ações apontam para o investimento em uma maior solidez e segurança para o exercício do magistério, ainda que não se esgotem para atender as necessidades do cotidiano escolar. Quanto à contratação de especialistas, estes podem vir a compor

um todo diferenciado, em prol das necessidades de superação de dificuldades de aprendizagem dos alunos, à medida que for propiciado o diálogo entre os pares.

Destacam-se, ainda, entre as ações, a realização de planejamento coletivo, abordando temas de trabalho que podem ser desenvolvidos pela comunidade escolar; a realização do pré-conselho escolar bimestralmente e a reelaboração do Projeto Pedagógico da escola, bem como a disponibilização de um coordenador pedagógico para a escola. Aqui, vale ressaltar a importância do coordenador pedagógico na escola, tendo em vista o processo formativo e o clima de parceria desencadeado, em prol da formação do aluno. Conforme acentua Placco (2002, p. 95),

> essa parceria se traduz em um processo formativo contínuo, em que a reflexão e os questionamentos do professor quanto à sua prática pedagógica encontram e se confrontam com os questionamentos e fundamentos teóricos evocados pelo coordenador pedagógico (...), num movimento em que ambos se formam e se transformam.

A formação continuada foi outro quesito apontado pelos participantes, por meio da oferta de cursos sobre dificuldades de aprendizagem/necessidades especiais para os especialistas, incluindo formação mensal para professores e semana de formação específica, com profissional habilitado. As ações verteram, ainda, sobre a oferta de bolsas de estudo e de cursos de formação com apoio financeiro para deslocamento, com participação em seminários regionais e aquisição de um sistema de ensino com suporte técnico.

As ações emanadas da gestão escolar, que implicaram os processos formativos, desencadearam novas formas de avaliação da aprendizagem, incluindo avaliação contínua, recuperação paralela e estudo do currículo no coletivo, como subsídios para a prática pedagógica. No município de Entre Rios houve a realização de entrevistas com a comunidade e visitas às famílias, com vistas a conhecer a realidade do educando e seus familiares. Houve menção, ainda, a proporcionar ao aluno acesso a materiais, desenvolver projetos desenvolvidos de acordo as necessidades dos alunos e realizar avaliação contínua e recuperação paralela.

Dessas ações, para além da valorização do coletivo, amplamente mencionada pelos participantes da pesquisa, e da importância da avaliação contínua que se situa a serviço das aprendizagens, vale ressaltar o esforço para se considerar a realidade dos alunos. Nessa direção, Freire em suas diversas obras sempre acentuou a importância de

se considerar a realidade dos alunos, a fim de desencadear o diálogo, essência da educação libertadora, tendo como horizonte o desenvolvimento da consciência crítica. “A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica (FREIRE, 2006, p. 30).

Em concordância com os gestores escolares, os secretários da educação mencionaram o estudo, atualização e adequação do projeto político pedagógico nas escolas em espaços coletivos de planejamento e a realização da avaliação institucional, esta, no município de Concórdia, além da reforma e adequação do plano de cargos e salários; realização de concurso público para efetivação de profissionais e a adequação do Piso Nacional do Magistério. Duas peculiaridades do município de Lindóia do Sul foram a contratação de auxiliar de turma, nas salas em que haja alunos com necessidades especiais e a disponibilização de um coordenador pedagógico para a escola.

Entre outras ações desencadeadas pelos desafios expostos, foi enfatizada que a Secretaria Municipal de Educação de Concórdia tem definida uma política pública de formação continuada de professores. Nesta proposta, a formação acontece mensalmente na escola com o grupo de professores, com acompanhamento de um grupo de formadores. Foi citado que há, também, formação que acontece, anualmente, por área específica. Além disso, o secretário referiu-se à orientação educacional em todas as unidades escolares e à formação específica para gestores e escolares e orientadores, sendo que todos recebem mensalmente formação para desenvolver o trabalho escolar.

Fica evidenciado que a política de formação do município de Concórdia abarca equipe de gestão e professores nos processos formativos oferecidos, o que constitui diferencial importante na direção da construção de uma educação de qualidade.

Foram enfatizadas pelos Secretários Municipais de Educação dos municípios de Concórdia e Lindóia dos Sul ações que implicaram a melhoria da prática pedagógica como a redução do número de alunos em sala; a oferta de condições de recuperação paralela e aulas de reforço no contra-turno e outras formas de avaliação individualizadas. No município de Lindóia do Sul foi destacada a elaboração de projetos

com foco na interpretação, leitura e escrita e a presença de orientadora educacional nas escolas.

Os gestores escolares e os secretários municipais de educação dos três municípios pesquisados concordaram que houve impacto do IDEB na geração de ações para efetivar melhorias da qualidade educativa.

Considerações Finais

A construção de uma educação de qualidade constitui um desafio dessa nova década. Não faltam discursos que abarcam a qualidade da educação, oriundos de instâncias distintas. Porém, as asserções a respeito, muitas vezes, não ultrapassam o mero discurso. A abordagem sobre qualidade da educação necessita ser problematizada no coletivo, de modo que sejam encontrados caminhos para a sua efetivação, o que implica a continuidade de políticas públicas educacionais que não sejam vulneráveis às mudanças eleitorais.

No nível da unidade escolar a mudança sucessiva, por vezes, dos gestores escolares e dos professores, compromete, também, a qualidade dos processos do ensino e da aprendizagem, tendo em vista que a cada mudança, faz-se necessário a apropriação da realidade escolar e dos horizontes da escola delineados no projeto político pedagógico.

No cenário atual, a qualidade da educação está atrelada a indicadores que emanam dos exames nacionais centrados no desempenho dos alunos. Assim ocorre com a Prova Brasil que integra o IDEB. Nessa perspectiva, o recorte desse estudo que objetivou investigar as ações dos gestores escolares e secretários da educação, em prol da melhoria dos processos do ensino e da aprendizagem e se o IDEB influencia na geração de ações nessa direção, considerando três municípios da mesorregião do oeste catarinense, a saber: Concórdia, Entre Rios e Lindóia do Sul, oportunizou constatações importantes a serem socializadas, em prol da construção de uma educação de qualidade sociocultural.

Ao conceder voz aos gestores escolares e secretários municipais da educação, ficou evidente que os resultados do IDEB têm tido impacto na geração de ações frente aos desafios enfrentados no cotidiano escolar que implicam os processos do ensino e da

aprendizagem. É notório que há uma convergência entre os municípios e entre as falas dos gestores escolares e secretários da educação, quando se analisa as estratégias de ação desencadeadas.

Destaca-se o esforço por se instaurar uma cultura de desenvolvimento do trabalho coletivo, com base na construção e reconstrução do projeto político pedagógico, o que sinaliza o exercício de uma gestão democrática. Nessa perspectiva, os espaços formativos e a formação continuada são considerados pelos participantes da pesquisa como sendo fundantes para a melhoria da qualidade da educação, à medida que propiciam reflexão da prática pedagógica, com possibilidades de melhorias em nível individual e coletivo, além do desenvolvimento pessoal/profissional, o que incide nas aprendizagens dos alunos.

Adverte-se, contudo, que ações em prol da melhoria da qualidade da educação serão sempre necessárias e não se esgotam em um tempo e espaço. A realidade é dinâmica e solicita que, permanentemente, sejam desencadeadas ações que contribuam para os processos do ensino e da aprendizagem, que contribuam para a formação de um cidadão participativo, protagonista de transformações, tendo como horizonte a justiça social. Nessa perspectiva, considerar o resultado do IDEB nesse contexto de mudanças é válido. Mas, considerá-lo como único indicador a suscitar mudanças torna-se um risco e reflete uma visão reducionista do processo educativo.

Avançar para a articulação entre os processos de autoavaliação institucional, avaliação externa e avaliação da aprendizagem, conforme nos apresenta Freitas (2011) parece ser um caminho exitoso a ser percorrido, na perspectiva da construção de uma educação de qualidade sociocultural.

Com a ciência de que a construção da qualidade da educação é um desafio que está e que não se dá isenta das políticas públicas, fica o registro desse recorte da pesquisa em processo, supracitada, como um convite para desencadear problematizações e busca de caminhos, no coletivo, pelos educadores imbuídos e comprometidos com a educação transformadora.

Referências Bibliográficas

BONDIOLI, A. **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação**: a qualidade negociada. Campinas: Autores Associados, 2004.

CENSO ESCOLAR. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 25 Jul. 2012.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CIDADES Sat@. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 23 Jul. 2012.

FAUNDEZ, A. **O Poder da participação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. **Conscientização:** Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3a ed.; São Paulo: Centauro, 2006.

FREITAS, L. C. et al. **Avaliação educacional**: caminhando na contramão. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GADOTTI, M. Escola cidadã, cidade educadora: projetos e práticas em processo. In: CONZATTI, Marli; FLORES, Maria Luiza R.; TOLEDO, Leslie(orgs). **Da escola cidadã à cidade educadora: a experiência de Porto Alegre**. Porto Alegre. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Educação. 2002. Páginas 11-17.

GADOTTI, M. **O projeto político pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. 1996. Texto extraído do site www.paulofreire.org/MoacirGadotti/Artigos/Portugueses/EscolaCidade/ProjetoPoliticoPedagógico-acessado em 05/08/2009, às 10h25.

PLACCO, V. M. N. de S. **Formação de professores**: o espaço de atuação do coordenador pedagógico-educacional. In: FERREIRA, S. C.; AGUIAR, M. Â. da S. Para onde vão à orientação e a supervisão educacional? Campinas: Papirus, 2002.

SCHNEIDER, M. P. **Projeto Político Pedagógico e pesquisa**: uma nova escola. Videira: Unoesc, 2001.

SOUZA, E. C. Cartografia Histórica: trilhas e trajetórias da formação de professores. **Revista da FAEEBA**: Educação e Contemporaneidade, Salvador. v. 12. n. 20, jul./dez., 2003, p. 431-446.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.